

Bonifácio Mourão entregou à Comissão Constitucional o anteprojeto da nova Carta, baseado no texto da Constituição Federal e nas 10 mil sugestões populares recebidas pouco mais de um mês antes. O anteprojeto foi publicado no dia seguinte, no Diário do Legislativo. De 10 a 21 de março, ficou aberto o prazo para apresentação e discussão de emendas. Foram exatas 2.411. Em 3 de abril, duas semanas depois, foi publicado no Diário do Legislativo o parecer do relator sobre todas elas.

O anteprojeto foi aprovado pela Comissão Constitucional em 6 de abril, com emendas, à exceção das 340 que foram destacadas. Estas foram votadas em separado, ao longo de dez reuniões extraordinárias. Duas delas chamaram a atenção pelo teor inusitado. A primeira determinava a adoção do regime parlamentarista em Minas Gerais, a despeito de a Constituição Federal adotar o presidencialismo; a segunda legalizava os cassinos no Estado. Ambas receberam parecer contrário do relator, mas foram aprovadas pela comissão. Elas acabaram derrubadas na fase seguinte, durante a análise do projeto da Constituição, entregue ao Plenário da Assembleia Constituinte Mineira, em reunião solene, no dia 2 de maio.

Emendas populares

Os 18 assessores comandados por Maria Coeli liam e analisavam os milhares de emendas apresentadas, para, em seguida, auxiliar o relator na elaboração dos pareceres. Mas a rotina de trabalho era pesada também para quem atuava na ponta do processo, recebendo as emendas. Era o caso da servidora

Anos 80: década perdida?

Adriana Gomes – jornalista da ALMG

A década de 1980, embora chamada de “década perdida” pelos economistas brasileiros por causa da estagnação econômica e da inflação descontrolada, não foi, de forma alguma, um período de retrocesso em outros campos. Pode não ter tido o charme dos anos 1960, com a bossa nova, que fez a cabeça do Primeiro Mundo. Ou a intensidade dos anos 1970, com a música e o teatro de protesto e com a irreverente Tropicália.

Mas, musicalmente, é a década da consolidação do rock nacional, de grupos como Kid Abelha, Paralamas do Sucesso, Blitz, Titãs. É também a década de Madonna, Michael Jackson, Cindy Lauper, Xuxa, segundo o livro *Almanaque dos anos 80*, de Luiz André Alzer e Mariana Claudino. Na TV faziam sucesso o seriado Chaves, o humorístico TV Pirata e o infantil Balão Mágico. As crianças e os adolescentes brincavam com o Atari e o Genius.

Mas os anos 1980 foram, sobretudo, a década da redemocratização, com a volta das eleições diretas para governador de Estado, em 1982; o retorno de um civil ao comando da Nação, em 1985, ainda que escolhido de forma indireta pelo Colégio Eleitoral; e, finalmente, com a primeira eleição direta para presidente da República, em 1989, num novo cenário partidário marcado pela afirmação de siglas como o PT e o PSDB – este último fruto da dissensão ocorrida no PMDB, em 1988.

Foi ainda o tempo em que os brasileiros reaprenderam a se manifestar politicamente, voltando às ruas para protestar contra a inflação, os preços altos, os salários baixos. Os anos 1980 foram marcados principalmente pela reorganização de sindicatos de servidores públicos, professores e trabalhadores da saúde. Em 1986, houve 2 mil greves no País, culminando em 1989 com 4 mil paralisações, segundo dados do Núcleo de Pesquisas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Ponto alto da mobilização popular foi a emenda das *Diretas Já* (emenda Dante de Oliveira), que previa eleição presidencial já em 1985. O País se mobilizou de norte a sul em gigantescos comícios, mas, votada no Congresso, em novembro de 1984, a proposta foi derrotada. Em 1985, houve o retorno à legalidade de partidos como o PCB e o PCdoB, e de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE). E a liberdade se estende também aos costumes, como comprova o sucesso da novela *Roque Santeiro*, da TV Globo, de autoria do dramaturgo Dias Gomes, um deboche dos costumes brasileiros.

O mundo apresenta transformação que, sutil no início da década, deságua na completa reformulação geopolítica do planeta. São dessa dé-

cada os primeiros passos da abertura política (*Glasnost*) e econômica (*Perestroika*), do então presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, que resultam na fragmentação daquele país, no final dos anos 1980. O comunismo sofre mais um duro golpe, com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e com a reunificação das Alemanhas, no ano seguinte. A China ensaia os primeiros passos de abertura ao capitalismo, depois das manifestações estudantis na Praça da Paz Celestial, em 1989.

A década tem também a marca da solidariedade. Assim foi em 1985, com a gravação da música *We are the world*, que gerou uma série de shows beneficentes mundo afora, pelas vítimas da fome e da Aids na África. É também o período que mudou a forma

de se pensar o mundo, a partir dos novos paradigmas de comunicação trazidos com o início da *World Wide Web* (www), em 1989. Antes disso, em 1986, ocorre o pior acidente nuclear do mundo, em Chernobyl, na União Soviética.

A volta de um civil à presidência

A eleição indireta do mineiro Tancredo Neves para presidente, pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, foi a sequência da mobilização das *Diretas Já* e um arranjo que uniu diversos partidos. Arranjo este materializado na Frente Liberal, criada pelo também mineiro Aureliano Chaves, vice-presidente do último governo militar, o de João Figueiredo. Tancredo morre em 21 de abril de 1985, sem assumir o poder. Seu corpo é levado em carreta por São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, arrastando milhares de pessoas às ruas e causando enorme comoção pública. Na Capital mineira, uma multidão se espreme nos portões do Palácio da Liberdade, fazendo desabar uma grade, que deixa quatro mortos.

Ao assumir o governo federal, o vice-presidente José Sarney encontra um cenário econômico adverso, fruto de políticas econômicas ilusórias, como o “milagre econômico” dos anos 1970. Sucessivos ministros da Fazenda basearam a política econômica do País em planos para controlar a inflação, como ocorre também em fevereiro de 1985, com o *Plano Cruzado*. Saudado como “a salvação da Pátria”, o plano substituiu a moeda, congelou os preços e salários, acabou com a correção monetária e instituiu o reajuste salarial mediante gatilho, a cada vez que a inflação atingisse 20%.

Marcelo Metzker



O presidente da Constituinte Federal, Ulisses Guimarães, participa de encontro de presidentes de Assembleias promovido pela ALMG em 1987



O então deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva discursa em manifestação do movimento grevista do funcionalismo público na ALMG, em 1987, acompanhado por sindicalistas e parlamentares

É desse período o movimento dos “fiscais do Sarney”, que levava hordas de populares aos supermercados para denunciar os aumentos de preço. O sucesso do *Plano Cruzado* influencia decisivamente as eleições estaduais de 1986, levando o PMDB à hegemonia em 22 dos 23 Estados brasileiros. Mas se, por um lado, o congelamento reduz a inflação, por outro, provoca uma explosão de consumo e desabastecimento. A população convive com a falta de produtos básicos, como feijão, carne, óleo, café. Ações eram perpetradas pela Polícia Federal, como o confisco de bois no pasto, para garantir o abastecimento de carne. Após a eleição, vieram o *Plano Cruzado II* e o *Plano Bresser*, que também não conseguiram reduzir a inflação. A última cartada foi o *Plano Verão*, em janeiro de 1989, que também fracassou em seus propósitos.

A música brasileira se esbaldava com o fracasso político e econômico, como a letra da música *Tô pê da vida*, do grupo Dominó, que cantava “tô pê da vida, mas não me sinto derrotado, não tem gatilho, nem cruzado”. A frustração com a derrota das *Diretas Já* e a ausência ainda das eleições diretas para presidente levam o grupo Ultraje a Rigor a parodiar a voz corrente de que o brasileiro não estava pronto para votar: “inútil, a gente somos inútil/a gente não sabemos escolher presidente/a gente não sabemos tomar conta da gente/a gente não sabemos nem escovar os dentes”.

Constituinte Federal

Os debates sobre a redemocratização refletem-se na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, um dos principais consensos políticos já na época dos acordos para a eleição

de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. Em 1987, a Constituinte é instalada sob intensa mobilização de toda a sociedade, e seu produto, a Constituição Federal, torna-se a primeira Carta a receber emendas populares. A imprensa, livre das amarras da ditadura, reflete os debates da Constituinte e discute livremente temas como direitos das minorias, reforma agrária, forma de governo, reforma política, tempo de mandato presidencial. Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição aprova mandato de cinco anos para Sarney e reafirma o regime presidencialista no Brasil. É também o início dos trabalhos constituintes mineiros.

Minas acompanha as mudanças

Minas vive o reflexo do contexto nacional e internacional e, em 1985, começam a se intensificar os movi-



Alair Vieira

Em 1988, integrantes da Coordenação Sindical e parlamentares entregam ao então presidente da ALMG, deputado Neif Jabur, pedido de *impeachment* do governador Newton Cardoso

mentos de servidores públicos. O funcionalismo se organiza a partir das greves de professores e da criação da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1983. Em Belo Horizonte, intelectuais, professores, estudantes e artistas mineiros se reúnem em torno das peças de Pedro Paulo Cava, das conversas na *Cantina do Lucas*, das bebedeiras no *Chorare* e no *Saloon* e nos fins de semana dançantes do *Western House*.

Em 1986, é eleito Newton Cardoso para o governo mineiro, no esteio da onda oposicionista liderada pelo PMDB. Da mesma forma, a Assembleia Legislativa reflete a onda peemedebista, elegendo 45 deputados por essa sigla, 55% do total das cadeiras do Legislativo. A oposição a Newton Cardoso é comandada então pelo PFL, que elege 17 deputados; pelo PT, com cinco parlamentares; e, em determinados momentos, pelo PDT.

O funcionalismo público estadual deflagra greves e paralisações sucessivas sob a bandeira do arrocho dos salários. É criada a Coordenação Sindical dos Trabalhadores no Serviço Público, que dita oposição ao governo do Estado. Um dos movimentos mais marcantes foi a greve dos professores de 1987, cujos manifestantes acamparam no Hall das Bandeiras, hoje Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira da ALMG por 71 dias. Ali os grevistas cozinhavam, lavavam roupas e criaram até um cardápio denominado *Sopa Jaburu*, referência ao presidente da Assembleia à época, deputado Neif Jabur (PMDB). A ocupação só termina em 9 de julho de 1987. Antes desse grande movimento, houve a passeata de 50 mil servidores e estudantes na Praça da Rodoviária, em Belo Horizonte.

Impeachment do governador

O governador Newton Cardoso foi pressionado pela oposição e opinião

pública, sendo alvo de dois pedidos de *impeachment*, por iniciativa da Coordenação Sindical. No segundo semestre de 1988, foi apresentado na Assembleia o primeiro pedido, anexado a um abaixo-assinado com mais de 100 mil assinaturas. O pedido foi arquivado pelo então presidente, Neif Jabur. Também na Assembleia, é instalada a Constituinte Mineira, em 7 de outubro. Ainda nesse ano, cuja inflação acumulada foi de 1.037,56%, o então governador de Alagoas, Fernando Collor, já aparece na mídia nacional como o “caçador de marajás”.

Em 1989, a Coordenação Sindical reapresenta o pedido de cassação de Newton Cardoso, amparada no “Dossiê da Corrupção”, que contém denúncias de irregularidades na Cemig, nas Secretarias de Estado de Educação e de Justiça, no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), na Hidrominas, na Loteria Mineira e na Fundação Hospitalar do Es-

tado de Minas Gerais (Fhemig), entre outros órgãos. Já sob a presidência do então deputado Kemil Kumaira (PMDB), o processo é instaurado e analisado por uma comissão especial de 21 deputados, durante uma convocação extraordinária da ALMG, de 24 a 31 de julho. O processo foi acompanhado por intensa mobilização social com o apoio dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, que faziam oposição ao governador. Ao final, em 9 de agosto de 1989, foi aprovado o relatório do deputado João Rosa (PMDB), com parecer pelo arquivamento do processo.

Nesse mesmo período, a Assembleia experimentava a efervescência dos trabalhos da Carta mineira e, além do *impeachment*, vivia a polêmica de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), como a da Loteria Mineira. Em 21 de setembro de 1989, é promulgada a Constituição Estadual. Nesse mesmo ano, começam os trabalhos da Lei Orgânica da Capital. E, depois de 21 anos de ditadura militar, 1989 traz de volta a eleição direta para presidente da República, com Fernando Collor ganhando do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno. ♦

Pesquisa:

- Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro – Maria Auxiliadora de Faria e Otávio Soares Dulci
- *Impeachment* do Governo do Estado – Assembleia Legislativa – 1988
- Sandra Starling – Uma eterna aprendiz no PT – publicação da internet
- jornais da época

Mônica Campomori, da Gerência de Acompanhamento da Execução Orçamentária, que cumpriu jornada dupla durante a Constituinte. De manhã, trabalhava como técnica de pesquisa da Casa, seu cargo na época. À tarde, ficava no protocolo da Constituinte, num espaço montado no térreo do Palácio da Inconfidência.

Nesse lugar, Mônica recebia as emendas de deputados e também as emendas populares, mais um mecanismo de participação da sociedade previsto no Regimento Interno (*leia matéria na página 73*). Elas podiam ser apresentadas por qualquer cidadão, por meio de entidades legalmente constituídas, desde que tivessem a assinatura de pelo menos 5 mil elei-

tores. Entretanto, segundo Mônica, aparecia de tudo no protocolo, inclusive gente pedindo informações diversas. “Trabalhávamos em pé o tempo todo. O cansaço era grande, mas a gente sabia que não era em vão”, afirma.

E as emendas não paravam de chegar. No 1º turno, o projeto de Constituição recebeu 2.013, sendo 22 populares. A votação estendeu-se de 10 a 26 de julho de 1989. No 2º turno, foram outras 280 emendas, agora para corrigir omissões, erros e contradições no texto. A votação foi de 24 a 30 de agosto. No dia 14 de setembro, foi votada a redação final da nova Constituição do Estado.

Marcelo Metzker



Deputado Agostinho Patrús, deputada Maria Elvira e deputados Antônio Genaro, Narciso Michelli e Domingos Lanna, durante os trabalhos da Comissão Constitucional



O professor Paulo Neves de Carvalho discursa durante o Simpósio *A nova Constituição Federal e o processo constituinte mineiro*, em dezembro de 1988. O evento contou com a participação, entre outros, de Antonio Anastasia e do então sindicalista Roberto Carvalho

Inovação institucional orientou trabalhos preparatórios

A preparação da Assembleia Legislativa para elaborar a Carta Estadual envolveu também o acompanhamento do processo constituinte federal. Após o simpósio *Minas Gerais e a Constituinte*, em 1986, a Casa promoveu, em parceria com as Secretarias de Educação do Estado e de Belo Horizonte, a Miniconstituinte de Minas. Entre 29 e 31 de outubro de 1986, foram recolhidas sugestões de estudantes da Capital para a nova Constituição da República. O documento

com as propostas foi entregue em Brasília. Quase dois anos depois, em meados de 1988, os estudantes voltariam a opinar, por meio de um concurso de redações sobre o tema *A importância do Legislativo na democracia representativa*, que mobilizou 80 mil alunos de escolas de 150 cidades mineiras.

Em 1987, nos dias 20 e 21 de abril, a ALMG esteve à frente da organização do I Encontro de Presidentes de Assembleias. A cidade esco-

lhida foi Ouro Preto, no aniversário de 198 anos da Inconfidência Mineira. O encontro culminou com a assinatura do *Compromisso de Ouro Preto*, que estabelecia as diretrizes para a participação das Assembleias Legislativas na elaboração da Constituição Federal.

A discussão da Carta Federal ainda estava em andamento quando a ALMG instalou, em 8 de outubro de 1987, a Comissão Preparatória dos Trabalhos da Assembleia Constituinte.

te, com a dupla função de elaborar o Regimento Interno da Constituinte Mineira e acompanhar os trabalhos em Brasília. Vinte deputados integraram a Comissão Preparatória, presidida por Kemil Kumaira. O vice-presidente era Luiz Vicente Calicchio (PFL-PSDB); o secretário, Márcio Maia (PMDB); e o relator, José Bonifácio Tamm de Andrada (PDS).

Com o auxílio do corpo técnico da ALMG, a Comissão Preparatória promoveu o resgate da história constitucional de Minas Gerais, ao editar coletâneas de Regimentos Internos das Assembleias Constituintes Mineiras e o livro *Constituições do Estado de Minas Gerais – 1891, 1935, 1945, 1947 e 1967 e suas alterações*.

Os mais de dois anos de preparação permitiram à ALMG instalar a Assembleia Constituinte de Minas Gerais em 7 de outubro de 1988, apenas dois dias após a promulgação da Carta Federal. Ela era composta dos deputados eleitos em 1986. O presidente da Casa era José Neif Jabur (PMDB) – Kemil Kumaira assumiria o posto em 1º de março de 1989. Na data da instalação, foi inaugurado o monumento do artista plástico Amílcar de Castro que marca o bicentenário da Inconfidência Mineira. Produzido em ferro, ele é formado por um triângulo vazado que, simbolicamente, dá passagem à representação popular e por um círculo que retrata a aliança entre o Poder Legislativo e a sociedade.

Em 22 de dezembro, foi eleita a Comissão Constitucional, com 21 deputados. O presidente era Camilo Machado, e o relator, Bonifácio Mourão. No mesmo dia, foi promulgado o Regimento Interno da Constituinte, que já previa a participação po-

pular na elaboração da nova Carta Estadual. Um dos pontos altos dessa participação deu-se nas audiências públicas de janeiro e fevereiro de 1989.

“Nós convocamos o povo mineiro para vir até a Assembleia dizer o que pensava e pretendia”, lembra o presidente da Assembleia Constituinte Mineira, deputado Kemil Kumaira. E não só o povo veio à Assembleia, como a Assembleia foi ao interior. De 18 a 21 de janeiro de 1989, a Comissão Constitucional dividiu-se e percorreu 17 cidades-polo do Estado, em audiências públicas regionais. A peregrinação começou em Ouro Preto e passou também por Ponte Nova, Ipatinga, Divinópolis, Patos de Minas, Curvelo, Juiz de Fora, Governador Valadares, Passos, Uberlândia, Montes Claros,

Almenara, Poços de Caldas, Teófilo Otoni, Lavras, Uberaba e Unai.

Logo em seguida, entre 23 de janeiro e 3 de fevereiro, a Comissão Constitucional promoveu mais uma rodada de audiências públicas. Foram 19 reuniões, divididas por temas, todas elas no Palácio da Inconfidência. Durante os encontros, a Comissão de Segmentos, formada por 33 entidades, fomentava a mobilização e auxiliava os representantes da sociedade a elaborar propostas.

Ao fim das reuniões na Capital e no interior, a Comissão Constitucional acumulou o incrível volume de 10 mil sugestões da sociedade, reunidas em 2,8 mil documentos. Começava ali o período mais intenso de trabalho para os deputados e servidores da ALMG, que foi a votação do projeto da nova Constituição Estadual.

Acervo ALMG



Deputado Antônio Faria entrega a estudante diploma de participação na Miniconstituinte de Minas, que colheu sugestões para a Constituição Federal

Atuação política ganhou com assessoria técnica

Apesar do volume de emendas e do prazo apertado, o resultado final da Constituição de 1989 é considerado exemplar pelos que participaram do processo e chegou a servir de modelo para outras cartas estaduais. Parte desse mérito deve ser creditada à qualidade do corpo técnico da Assembleia Legislativa e dos consultores externos chamados a contribuir na elaboração do Texto Constitucional.

Além dos assessores subordinados à Secretaria-Geral da Mesa, havia uma equipe de servidores da Casa trabalhando no apoio à Comissão Constitucional. Dos que não faziam parte da ALMG, quatro nomes se destacaram. O assessor do relator da Constituinte era o então técnico Antonio Augusto Anastasia, da Fundação João Pinheiro, atualmente vice-governador de Minas Gerais. Aos 27

anos, já era considerado um especialista em Direito Administrativo e Constitucional. Coeli, que havia sido colega de Anastasia na Faculdade de Direito da UFMG, lembra que ele chegou à Assembleia cercado de alguma desconfiança do corpo técnico da Casa. Com o tempo, no entanto, entrosou-se de tal forma, que é apontado, do ponto de vista técnico, como um dos pilares do processo constituinte.

Marcelo Metzker



Deputado Camilo Machado, presidente da Comissão Constitucional, recebe sugestões de grupos de professoras da rede estadual durante os trabalhos de elaboração da nova Carta, em maio de 1989



Arquivo ALMG

A secretária-geral da Mesa, Maria Coeli Simões Pires, deputados Kemil Kumaira e Romeu Queiroz e os servidores Maria das Dores Abreu Amorim, Menelick de Carvalho Netto, Sebastião Moreira, Natália de Miranda Freire e Marcílio França Castro

Além de Anastasia, a Assembleia contou com o auxílio externo dos professores de Direito Paulo Neves de Carvalho, Raul Machado Horta e José Alfredo de Oliveira Baracho, todos já falecidos. Eles formaram uma comissão de notáveis que prestou consultoria à ALMG.

Segundo Maria Coeli, o mais entusiasmado dos três era Paulo Neves de Carvalho, mestre dela e de Anastasia nos tempos de faculdade. O professor chegava a passar horas no Palácio da Inconfidência, envolvido nas discussões técnicas sobre a nova Constituição. A então secretária-geral da Mesa lembra, particularmente, de uma frase que ele gostava de repetir: “Eu queria ter a caneta do constituinte para escrever apenas isto: ‘O povo tem direito a governo honesto e decente’”. Carvalho não teve a caneta do constituinte, mas, por influência dele, o artigo 73 da Constituição Estadual diz o seguinte: “A sociedade tem direito a governo honesto,

obediente à lei e eficaz”. Apesar de seu caráter mais pedagógico do que efetivo, o artigo foi uma novidade à época e não tem paralelo na Constituição Federal.

“A estrutura da Assembleia para o relator e a Comissão Constitucional era muito grande, bem montada. O corpo técnico era de altíssimo nível. Havia a comissão de notáveis, referência para o trabalho, além do professor Anastasia, que passou a integrar a equipe a partir de indicação do relator”, lembra o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) Edgard Amorim, na época assessor jurídico do gabinete de Sandra Starling.

“Eles eram meus anjos da guarda”, afirma Bonifácio Mourão, sobre Maria Coeli e Antonio Anastasia. Eram os dois que socorriam o relator, quando havia necessidade de emitir um parecer no meio de uma reunião. Mourão acrescenta que Maria Coeli, apesar de jovem, esbanjava habilidade política na

relação com os deputados e os demais servidores. Ela se destacou, ainda, por sua capacidade de trabalho. “A Coeli foi a alma da assessoria da Constituinte”, diz o ex-diretor-geral da ALMG Antônio Geraldo Pinto, hoje aposentado. Servidor da Casa desde a década de 1950, assessorou a Mesa da Casa durante a elaboração da nova Carta.

A reunião de novos talentos e servidores experientes marcou a atuação do corpo técnico na ocasião. Entre os jovens estavam a própria Maria Coeli, Anastasia e Menelick de Carvalho Netto, integrante da assessoria e hoje professor da Universidade de Brasília (UnB). A eles coube a maior parte do trabalho pesado. Tanto que, para suportar as longas jornadas, Menelick recorreu a um composto antiestresse, vendido em farmácias, e recomendou-o à colega Maria Coeli.

De acordo com o relato da então secretária-geral da Mesa, tudo ia bem até que, num mesmo dia, ela e

Menelick chegaram à Assembleia queixando-se de fortes dores nas pernas. Um médico consultado por eles diagnosticou como causa o uso do composto antiestresse, que provocava problemas na circulação sanguínea. Mesmo sem o remédio, Maria Coeli e Menelick levaram o trabalho até o fim, com muitas madrugadas em claro.

Entre os servidores experientes, destacaram-se dois ex-diretores-gerais da ALMG: Sebastião Moreira, já falecido, e Antônio Geraldo Pinto. Moreira chamava a atenção pelo bom trânsito entre os deputados e ajudou a aparar arestas entre parlamentares e servidores. Antônio Geraldo, especialista no Regimento Interno do Legislativo mineiro, é o pai de uma inovação que perdura até hoje e que contribuiu para a agilidade do processo.

Até a Constituinte, o Plenário votava as proposições artigo por artigo, emenda por emenda, o que tornava o processo muitas vezes exaustivo. Antônio Geraldo elaborou um sistema que permite a apreciação de projetos em sua totalidade e de emendas em bloco. Por sua vez, as emendas sobre as quais não houvesse concordância passariam a ser votadas em separado.

Por esse e outros motivos, Minas Gerais foi o primeiro Estado brasileiro a promulgar sua nova Constituição, 11 meses e meio após a entrada em vigor da Carta Federal.

Relação com a assessoria técnica

A harmonia entre o corpo técnico e os parlamentares é apontada pelos dois lados como um dos fatores da qualidade e abrangência da Constituição mineira. De acordo com o gerente de Redação da Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG, Marcílio Franco Castro, havia a preocupação de con-

ciliar os aspectos técnicos e as demandas políticas na elaboração do texto. “Nenhuma proposta era negligenciada ou tratada como menor. Havia sempre uma atenção muito grande com tudo aquilo que aparecia, vindo de quem fosse, pois havia a participação parlamentar e também a popular. É lógico que havia, muitas vezes, uma pressão do ponto de vista teórico e técnico para reprimir a entrada de certas demandas. Só que naquele momento existia uma necessidade de afirmação política, e essa afirmação se dava, muitas vezes, pela presença no texto na Constituição”, diz Marcílio, na época um dos assessores da Secretaria-Geral da Mesa.

Mas nem tudo eram flores nessa relação. O desequilíbrio de forças entre a equipe do relator e os assessores da minoria parlamentar, representada sobretudo pelo PT, provocou atritos. “O relator tinha uma assessoria enorme, inclusive assessor plantado ali no Plenário. E a gente se virava”, lembra Sandra Starling.

A então deputada do PT destaca a competência do corpo técnico, mas diz que a voz da minoria era abafada pelo aparato institucional vinculado à Presidência da ALMG. Com a ressalva de que não se trata de crítica pessoal, mas à instituição, Sandra cita especificamente a atuação de Maria Coeli e Antônio Geraldo. “Eu, com todo o respeito à Coeli, chamava-a de 78ª deputada. E, toda vez que a gente fazia uma questão de ordem, o Antônio Geraldo ia lá falar na orelha do presidente para dar uma solução, para afastar a resposta que a gente sabia que era correta. Quero enfatizar isso. De um lado, a competência técnica das pessoas; de outro, a estrutura, que é feita para esmagar a minoria”, afirma.

O período da Assembleia Constituinte foi um dos mais conturbados, na história mineira, na relação entre Legislativo e Executivo. Minas era um Estado dividido entre os defensores do governo Newton Cardoso e seus opositores. Na ALMG, não era diferente. A relação tensa desembocou num inédito processo de *impeachment* contra o governador. A votação final foi em 9 de agosto de 1989, durante a Constituinte, com vitória apertada de Newton.

Como os deputados dividiam-se entre a elaboração da nova Carta e a atuação parlamentar de rotina, os embates entre os dois lados refletiam-se na Constituinte. “Foi um momento grave, porque muitas vezes a discussão era distorcida. Felizmente, nós tínhamos na oposição um bom diálogo. O radicalismo às vezes aparecia em alguns, mas a gente conseguia, com os mais experientes, chegar ao entendimento e fazer um texto que fosse não a favor de um governador nem contra ele, mas a favor de Minas”, avalia o deputado Sebastião Helvécio (PDT), que foi, naquele período, líder da bancada do PMDB, partido de Newton Cardoso.

O ex-deputado Felipe Néri (PMDB), que era líder do Governo, resgata uma frase do colega Samir Tannús (PDS) para resumir sua atua-

Constituinte foi marcada por tensão entre Executivo e Legislativo

ção naquele período: “Ser líder do Governo é igual a carregar embrulho de manga, tem sempre uma escapando aqui ou ali”. Certamente, as mangas daquele embrulho eram bem maiores que as habituais.

De acordo com Maria Coeli, o Poder Executivo acabou tendo uma participação tímida nas discussões do

Texto Constitucional, em comparação com o Poder Judiciário, o Ministério Público e os diversos segmentos sociais. Mas os atritos entre governo e oposição quase mancharam a festa de promulgação da Constituição mineira.

A solenidade, que começou com missa na Praça da Assembleia, celebrada, entre outros, pelo então arce-

bispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida, teve momentos tensos na tarde de 21 de setembro de 1989. Os vereadores petistas Roberto Carvalho (hoje vice-prefeito da Capital) e Durval Ângelo (atualmente deputado estadual) e o sindicalista Euler Ribeiro montaram uma banca de frutas na Praça, como parte do protesto

Marcelo Metzker



Deputado Narciso Michelli, deputada Sandra Starling e deputado Luiz Vicente Calicchio (*de frente*), durante os trabalhos da Comissão Constitucional, cuja rotina era acompanhada por entidades da sociedade civil

contra o governador. A Polícia Militar entendeu que eles pretendiam arremessar as frutas em Newton e prendeu os três. Eles foram soltos após quase uma hora, com a intervenção de Kemil Kumaira.

Houve tumulto também quando dezenas de servidores públicos tentaram entrar no saguão do Palácio da Inconfidência com faixas e cartazes de protesto contra o governador. Eles entraram em choque com a segurança da Casa e uma porta de vidro chegou a ser quebrada. Para completar, no dia mesmo da promulgação, Newton fez críticas a alguns pontos do texto, como a isenção de ICMS para os produtores de leite.

Radicalismo político

A oposição ao governador chegou a unir dois adversários ferrenhos da ditadura militar, o PT e o PFL. E isso não era pouco. Naquele tempo, o Partido dos Trabalhadores, com menos de dez anos de existência, era sinônimo de radicalismo político. “Era o PT contra todos. Nós já estávamos na democracia, mas agíamos como se ainda estivéssemos na ditadura”, lembra o presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda, que liderava a bancada petista na Constituinte.

Foi também uma época de aprendizado democrático. Segundo Nilmário, a relação com os outros partidos na Assembleia proporcionou a ele e aos colegas de bancada uma experiência fundamental para os anos seguintes. “Na Constituinte nós abrimos um canal de diálogo, aprendemos a conversar. Eu resumiria assim a experiência: brigam as ideias, não os homens. Como deputado federal eu já levei em conta isso, tanto que fui considerado um dos bons negociadores

nos 12 anos que passei na Câmara dos Deputados”, assinala.

Um sintoma da mudança de postura ao longo da Constituinte foi a assinatura do original da Constituição mineira pelos cinco integrantes da bancada do PT. Um ano antes, os parlamentares do partido na Câmara dos Deputados haviam-se recusado a assinar a Carta Federal, por discordarem de diversos aspectos do texto.

Experiência compartilhada

No mesmo momento em que a Assembleia Legislativa pôs o ponto final na Constituição mineira, teve início um novo capítulo da história política do Estado. “O processo constituinte tem de se tornar algo referencial, é o nosso ponto de partida na ordem democrática. Não é tanto o texto que importa, mas muito mais o que somos capazes de fazer com esse texto a cada geração”, afirma Menelick de Carvalho Netto.

A primeira consequência foi imediata. O material reunido nas audiências públicas regionais e temáticas foi aproveitado em uma série de atividades de orientação às câmaras municipais para a elaboração das leis orgânicas dos municípios. “Essas comissões temáticas foram tão profícuas e o material que se coligiu foi tão grande que nós discutimos como aproveitar o acervo que havíamos recebido. Era um excesso de democracia, após um período ditatorial, termos aquilo nas mãos, que era a vocação do povo colocada ali, junto aos deputados. Nós ficamos com uma preciosidade nas mãos”, afirma o ex-deputado Luiz Vicente Calicchio (PFL-PSDB).

A solução foi compartilhar o material com as câmaras municipais. Logo após o encerramento da Constituinte,

a Assembleia Legislativa promoveu uma reunião de vereadores para tratar das leis orgânicas. Os deputados fizeram também visitas ao interior, com o objetivo de orientar os parlamentares municipais, que já eram alvo de escritórios oportunistas. “Cheguei até a fazer, juntamente com o pessoal da Assembleia, uma cartilha elementar, que foi usada depois pelos vereadores. Na época, a novidade era tão grande que apareceram escritórios de advocacia, propondo lei orgânica pronta para vender aos municípios. Era uma coisa absurda. Então, eu saía pergando por aí, dizendo: ‘Olha, é preferível uma colcha de retalhos, uma lei malfeita, mas que vocês tenham feito’”, recorda-se Calicchio.

E a Constituição de 1989 continua a produzir efeitos, entre os quais uma Assembleia Legislativa mais aberta às demandas populares. “Quanto mais nós tivermos audiências públicas, participação de todos os níveis, ouvindo àqueles que pensam de forma diferente, mais nós estaremos próximos desse projeto permanente de construção de cidadania que uma Constituição democrática requer”, diz Menelick.

Para Calicchio, a maior virtude da Constituição mineira, que foi promulgada há 20 anos, pode ser assim resumida: “Ela abriu a boca do povo. O povo fala, esta é a grande conquista”. ◆

As falas de Carlos Calazans, Felipe Neri, Flávio Couto e Silva de Oliveira, Kemil Kumaira, Luiz Vicente Calicchio, Menelick de Carvalho Netto, Nelinho Rezende e Sandra Starling utilizadas nesta reportagem foram retiradas de depoimentos concedidos à coleção de documentários Memória & Poder, da TV Assembleia